

PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
CNPQ (1997/1998)

A ECONOMIA INFORMAL E A QUESTÃO DE
GÊNERO: ANÁLISE DO SETOR DE SERVIÇOS
EM
SÃO PAULO DURANTE A DÉCADA DE 1990.

Aluno: Fábio Hanaoka

Escola: EAESP - FGV

Orientadora: Prof. Dra. Leda Maria Vieira Machado.

PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
CNPQ (1997/1998)

A ECONOMIA INFORMAL E A QUESTÃO DE
GÊNERO: ANÁLISE DO SETOR DE SERVIÇOS
EM
SÃO PAULO DURANTE A DÉCADA DE 1990.

Aluno: Fábio Hanaoka

Escola: EAESP - FGV

Orientadora: Prof. Dra. Leda Maria Vieira Machado.

Gostaria de agradecer a oportunidade de realizar esta pesquisa ao CNPq (sem o qual a pesquisa não seria possível), ao NPP (em especial à Isolete e à Daniela) e a minha orientadora e amiga Prof. Dra Leda Maria Vieira Machado.

INTRODUÇÃO.

Este relatório final representa o trabalho de pesquisa realizado sobre o tema “*A Economia Informal e a Questão de Gênero: Análise do Setor de Serviços em São Paulo durante a década de 1990*”. É importante lembrar que o objetivo central da pesquisa foi contribuir para a compreensão da realidade do setor informal, ressaltando a situação da mulher na informalidade durante a década de 1990, considerando-se especificamente a Região Metropolitana de São Paulo (devido ao seu peso e importância econômica). Propôs-se como foco de análise a incorporação do conceito de Gênero para verificarmos o modo como as mulheres se inserem dentro do mercado de trabalho. A hipótese adotada consistiu em que Gênero constitui um dos fatores que estrutura a inserção das mulheres no mercado de trabalho, em particular no Setor Informal, e dentro deste, no Setor de Serviços.

De acordo com o cronograma estabelecido anteriormente, dividimos a pesquisa em três blocos distintos: o primeiro levantamento se referiria ao denominado “Setor Informal”, onde analisamos os diferentes conceitos na literatura existente sobre o assunto, bem como percebemos a importância da adoção crítica de uma definição de tal setor, visando fundamentar de modo coerente todo o prosseguimento da pesquisa. O segundo levantamento bibliográfico daria ênfase à questão de Gênero no mercado de trabalho e, principalmente, ao cruzamento entre o Setor Informal e a questão de Gênero, de modo a proporcionar um entendimento mais crítico e, sob uma nova ótica, da situação da mulher nessas atividades. Por último, o levantamento de dados estatísticos recentes de modo a ratificar a hipótese dada *a priori*: a de que Gênero é um dos fatores que vai estruturar a inserção da mulher no mercado de trabalho, em particular no chamado Setor Informal e, dentro deste, no Setor de Serviços.

ANÁLISE DOS DIFERENTES CONCEITOS SOBRE O SETOR INFORMAL

O surgimento do conceito de setor informal ocorreu em 1973, quando o conceito foi empregado pela primeira vez por Hart, numa pesquisa sobre os trabalhadores urbanos de Ghana que estavam fora da esfera do trabalho regular e assalariado. O uso do conceito tem sido bastante amplo, abrangendo uma série de atividades e situações. No passado, ele foi quase considerado como sinônimo das camadas urbanas de baixa renda e com a população que habita as favelas (Moser, 1978).

De maneira geral, da análise dos diversos autores pesquisados que abordam a questão da definição do conceito de setor informal, pode-se destacar alguns pontos interessantes: em primeiro lugar, conforme coloca Machado (1997), que o conceito de setor informal é muito amplo e não consegue compreender todo o fenômeno que pretende definir. Outra questão importante é o grau de operacionalidade dos diversos conceitos formulados a respeito do setor informal. Também nota-se a preocupação em diversos autores em elaborar críticas às concepções de caráter dualista (Bromley e Gerry 1979; Scott, 1976).

Uma linha teórica de explicações dualistas pode ser obtida das análises proporcionadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelecida em 1972, resultado apresentado pelos técnicos daquela organização ao Governo do Quênia, após trabalhos de uma missão especial enviada àquele país, para estudar o problema do emprego urbano e para atenuar os níveis de desemprego. Trata-se de uma visão bastante otimista do potencial de desenvolvimento do setor informal, cuja preocupação básica é o de definir um conceito que operacionalmente permita desenvolver políticas adequadas visando atingir pessoas ocupadas em atividades não formais. Essa noção de setor informal deveria evitar a mera descrição em termos como "grande escala"

ou “pequena escala”, mas sim fundamentar sempre porque tal setor opera em qual escala; além disso, procuraria eliminar a dicotomia do moderno-tradicional, onde o setor de baixa renda, atrasado, é tido como incapaz de irradiar desenvolvimento. Observe-se a visão dual, que considera o formal e o informal como setores estanques, autônomos:

“(...) longe de ser marginalmente produtivo, é economicamente eficiente e produtor de lucros, embora pequeno em escala, e limitado por tecnologia simples, pouco capital, e *ausência de ligações com o setor formal*”.

Do lado oposto estão os autores contrários à adoção de concepções dualistas; Araújo e Souza, por exemplo, destacam as “tentativas frustradas de se interpretar a realidade do desemprego, subemprego e miséria urbanos, sem derivar para concepções dualistas” (1984:19).

O ponto interessante, por eles defendido, reside na crítica à certas correntes que se utilizam de concepções dualistas para caracterizar o setor informal, ou seja, fala-se em setor informal como constituído de atividades não-institucionalizadas, não-protegidas, de modo a enfatizar o fato de que, ao contrário do setor formal, o setor informal não tem proteções creditícias, fiscais, alfandegárias, etc, mecanismos que só atingem as atividades formalmente organizadas. Assim, afirmam que:

“Essa forma de abordar o problema contém, a nosso ver, os seguintes elementos de raciocínio: a) constata que a realidade econômico social dos centros urbanos de países capitalistas atrasados ou subdesenvolvidos é composta de dois setores bem distintos, um protegido e o outro desprotegido; b) a queixa de que o setor informal é desprotegido reflete o fato de se encará-lo como um segmento autônomo, em que “não se entende por que ele não tem o que o outro tem”; c) considera o *setor informal* como merecedor das mesmas políticas de apoio e incentivo ao setor formal, como se o desemprego e subemprego urbanos não fossem resultado de um

crescimento econômico cujo caráter poupador de mão-de-obra é reforçado e legitimado por essas políticas”. (ibid:19)

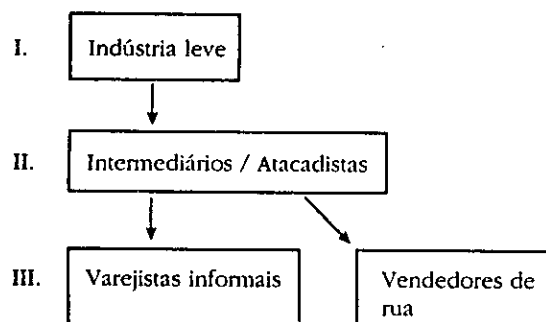
Ou seja, os autores afirmam que conceitualmente não estaríamos diante de algo que é informal no sentido “autônomo” que habitualmente se dá ao termo, mas pelo contrário, o objeto em questão seria algo que existiria *enquanto* determinadas relações econômicas e sociais permitissem. Portanto os autores enfatizam um aspecto fundamental da problemática que é a interdependência entre o formal e o informal.

Essa interdependência entre o setor formal e o setor informal é bem colocada por Portes (1993), que afirma que a participação do setor informal não se limita aos mercados intersticiais permitidos pelo setor formal capitalista; segundo Portes, o Terceiro Mundo se caracteriza por possuir atividades informais que abarcam um vasto leque de atividades estreitamente relacionadas ao setor moderno:

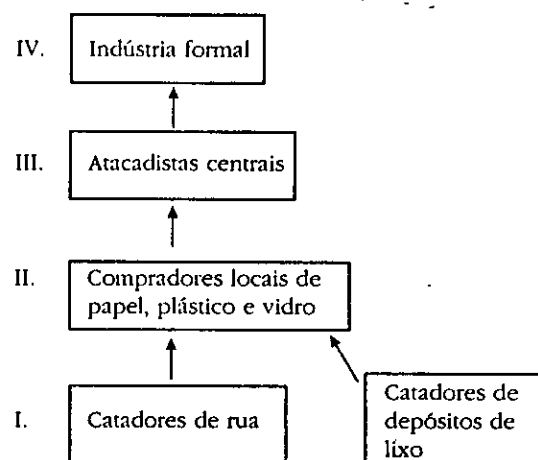
“O fato de que empresas modernas em países menos desenvolvidos incentivem e façam uso de mão-de-obra desprotegida pode surpreender aqueles que se baseiam nas estatísticas oficiais para analisar tais economias. Trabalhos de campo recentes nos deram uma melhor compreensão da natureza de tais arranjos. Eles se baseiam em sua maioria no uso direto sem registro de mão-de-obra temporária nas fábricas, ou em várias formas de subcontratação”. (ibid: 159)

Portes nos fornece alguns exemplos ilustrativos deste tipo de relação:

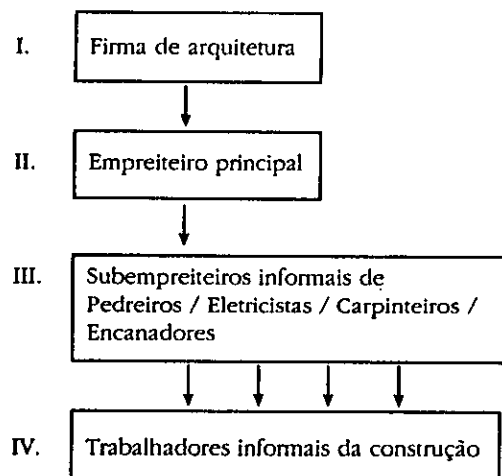
A. Cadeia de Comercialização Informal



B. Cadeia de Fornecimento de Insumos



C. Cadeia de Produção Vertical



D. Produção Múltipla e Cadeia de Comercialização

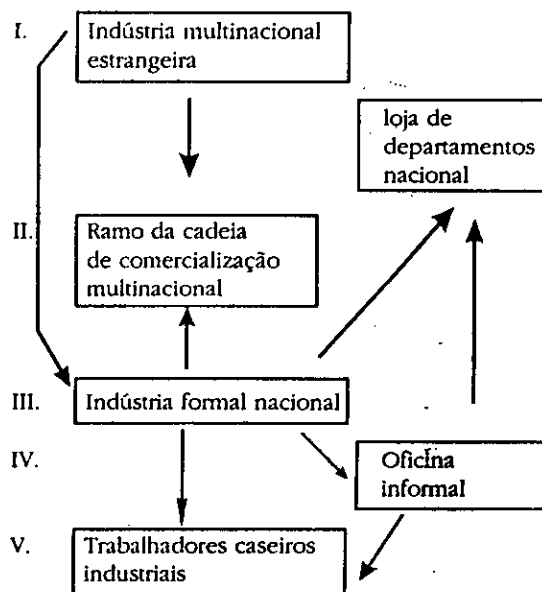


Figura 1

Modos de articulação entre os setores formal e informal na América Latina. Fonte: Portes, A. e Sassen-Koob, S. "Making it underground: comparative material on the informal sector in Western market economies". *American Journal of Sociology* 93, julho 1987, pp. 30-61.

A *cadeia A* é encontrada na venda a varejo urbana de alimentos, cigarros e jornais; utilizando as redes de distribuição informal, as indústrias eliminam os substanciais custos de manutenção de vendedores.

Outro tipo de vínculo é mostrado na *cadeia B*, exemplificado por aqueles que recolhem refugos de depósitos de lixo e das ruas durante a noite, abastecendo grandes indústrias formais com quantidades significativas de substitutos de matérias-primas por uma fração de seus preços de mercado.

A *cadeia C* mostra a subcontratação na indústria de construção, prática bastante comum nesse setor de atividade.

Portes também critica a literatura convencional que descreve a articulação formal-informal como sendo entre um setor moderno e outro atrasado; conforme ele coloca:

“(...) na verdade uma boa parte da interação se dá entre atividades do tipo moderno situadas em ambos os lados da linha divisória do trabalho regulamentado. Esta configuração particular pode ajudar a explicar por que em muitos países - ao contrário das previsões tanto dos economistas ortodoxos quanto dos marxistas - o setor informal não encolheu com a crescente industrialização, mas representou na verdade uma constante, se não uma parte crescente de sua força de trabalho”. (ibid: 161)

Pela análise dos autores acima, percebe-se então que a linha dualista simplifica de forma demasiada as relações entre a formalidade e a informalidade, ou mais que isso, fornece uma imagem de divisão, de separação entre os dois setores que é falsa, ignorando toda uma dinâmica existente entre os mesmos.

Com relação à questão da operacionalidade, tem-se o objetivo de identificar o setor informal como um todo, de um modo mais pragmático, de forma que se possa aplicar o conceito em políticas públicas, por exemplo. Azevedo (1985) mostra um exemplo de conceito operacionalmente fraco no trabalho de Souza & Tokman, os quais caracterizam o setor informal pela "facilidade de entrada", uma vez que tal setor seria o depositário do excedente relativo da força de trabalho urbana. Este grau de "facilidade de entrada" dependeria tanto de fatores tecnológicos como da estrutura de mercado.

Por outro lado, Cacciamali (1984) já demonstra a preocupação em arrolar critérios práticos para o conceito de setor informal que adota, o que é bastante importante quando se trabalha com pesquisa de campo e análise de dados, a exemplo desta presente pesquisa. A autora arrola características que definem essas formas de organização:

(i) o produtor direto é o possuidor dos instrumentos de trabalho e/ou de estoque de bens para realização de seu trabalho; (ii) ele emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão do próprio trabalho, obrigatoriamente participa de maneira direta da produção e conjuga essa atividade com aquela de gestão; (iii) o produtor direto vende seus serviços ou mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para consumo individual e familiar e para manutenção da atividade econômica, e mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com o sentido de acumular, a forma como se organiza a produção, com o apoio no próprio trabalho, em geral não lhe permite tal acumulação; (iv) a atividade é dirigida pelo fluxo de renda que a mesma fornece ao trabalhador e não por uma taxa de retorno competitiva: é desta renda que se retiram os *salários* dos ajudantes ou empregados que possam existir; (v) nesta forma de produzir, não existe vínculo pessoal e meramente de mercado entre os que trabalham -

entre estes encontra-se com frequência a mão-de-obra familiar; (vi) o trabalho pode ser fragmentado em tarefas, mas isso não impede ao trabalhador apreender todo o processo que origina o produto ou serviço final, processo este muitas vezes descontínuo ou intermitente, seja pelas características da atividade, pelo mercado ou em função do próprio produtor.

A própria OIT, percebendo a insuficiência da sua definição de setor informal, cria um novo modelo de *fluxos intersetoriais* composto de quatro setores: agricultura de pequenos proprietários, setor informal não-agrícola, setor formal privado, setor governamental. O setor informal não-agrícola atinge as atividades urbanas da indústria, construção, comércio, transportes e serviços. Isto proporcionaria uma melhor identificação das articulações intersetoriais (*linkage effectes*), ao mesmo tempo que facilitaria uma melhor identificação das atividades do setor.

Chegamos então à definição de setor informal de acordo com a OIT: atividades informais são a maneira de fazer as coisas, organizadas em empresas muito pequenas, caracterizadas pela fácil entrada de novas “empresas”, pela utilização de recursos locais; organização familiar das empresas; pequena escala de operação; uso intensivo de mão-de-obra e tecnologia adaptada; qualificação dos ocupados nessas atividades obtida fora do sistema escolar “formal”; mercados competitivos e não regulados.

Uma alternativa ao conceito de setor informal pode ser encontrada na idéia de *trabalho precarizado*. Rodgers (in VV.AA., 1992), define-o como um sem número de formas de trabalho que fogem da regra: trabalho eventual, temporal, a tempo parcial, diversas formas de emprego assalariado encoberto ou ilegal, trabalho em casa, pluriempregos, trabalho por conta própria ou fora da empresa, trabalho fora dos horários habituais.

Conforme pudemos constatar, o debate sobre o setor informal ainda está longe de ser concluído, como se pode notar pela diversidade de definições a respeito do assunto. Conforme coloca Machado (ibid : 12), o próprio uso do termo “setor” já pressupõe separação, algo parcial, de modo que evitar o problema do dualismo encontrado em algumas definições torna-se por vezes tarefa árdua. A autora sugere que se utilize o conceito de trabalho precário e não mais setor informal.

Quanto ao grau de operacionalidade, é de se ressaltar que uma definição mais precisa do setor informal tornou-se importante para nossa pesquisa, de modo que pudéssemos identificar de forma mais clara e criteriosa quais atividades pertenceriam ou não a tal setor.

Com relação à adoção de uma ou outra definição de setor informal, pareceu-nos mais razoável adotarmos o conceito de trabalho precarizado, pois parece que o mesmo consegue abarcar melhor a complexidade do fenômeno a ser estudado. Isto não significa que os conceitos adotados pelos outros autores citados possam ser colocados em segundo plano; na realidade, as distintas conceituações a respeito do Setor Informal abordam facetas e ângulos de uma realidade complexa, cada uma contribuindo para um melhor esclarecimento da questão. É preciso mencionar, no entanto, que os dados a respeito do Setor Informal utilizados na pesquisa foram extraídos de um estudo onde os autores adotam um conceito específico de Setor Informal: subconjunto de pessoas ocupadas em empreendimentos não agrícolas que ocupam no máximo cinco trabalhadores, aí incluídos proprietários, empregados com ou sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores não remunerados.

A QUESTÃO DE GÊNERO.

Conforme coloca Machado (1997: 4), o debate a respeito do setor informal já data da década de 1970. Para a autora, a novidade estaria "(...) na proposta de incorporação da perspectiva de gênero, como um fator para um melhor entendimento da inserção da mulher nesta esfera da economia".

A mesma autora afirma mais adiante que:

" (...) a incorporação de gênero possibilita a compreensão da organização social das relações entre mulheres e homens, a partir do enfoque que questiona a "lógica da divisão sexual do trabalho", que analisa as dimensões e características próprias das relações econômicas entre ambos e que examina como o desenvolvimento da sociedade radicaliza, segmenta, polariza, separa e os discrimina de forma diferente ".

Desta forma, passemos então a estudar as razões, mecanismos e condições de inserção de homens e mulheres na economia, enfatizando a existência de áreas de atuação masculinas e femininas bem delineadas e separadas pela influência da questão de gênero. Para se atingir tal objetivo, torna-se fundamental conhecer a estrutura do mercado de trabalho, as formas contínuas de arranjo e rearranjo de suas atividades, bem como os papéis destinados ao homem e à mulher.

Isto significa estudarmos a problemática a partir de uma visão conjunta da situação de homens e mulheres, sem perdermos de vista a perspectiva que considera "as relações socialmente construídas entre eles" e que é conceituada como gênero (Machado, 1995: 59).

Antes de mais nada, é necessário se fazer a distinção entre gênero e sexo, os quais são conceitos distintos, de implicações diversas, ainda que frequentes confusões e usos impróprios ocorram em torno dos mesmos. Sexo é definido por O' Brien (1981: 13) como:

“um instinto, impulso, um ato em resposta a este impulso, um gênero, um papel, uma explosão emocional ou uma variável causal”. Ou seja, sexo é uma categoria biológica. Por outro lado, gênero extrapola o conceito de sexo, abrangendo aspectos psicológicos e culturais”.

Conforme coloca Oakley (1972):

“Ser um homem ou uma mulher (...) é tanto uma questão de vestuário, gestos, ocupação, de relações sociais e de personalidade quanto de possuir determinada genitália”.

Dado que a mediação de todas as atividades humanas é feita pela cultura (Saffioti, 1994: 271), diferentes culturas não terão necessariamente as mesmas características femininas ou masculinas (Machado, *ibid*); portanto, é através de relações sociais e históricas que se estabelecem os padrões ditados para homens e mulheres, variáveis no tempo e no espaço. Belotti (1973: 8) ilustra bem a questão:

“ A cultura à qual pertencemos, como qualquer outra cultura, serve-se de todos os meios à sua disposição para obter dos indivíduos dos dois sexos o comportamento mais conforme aos valores que lhe interessa conservar e transmitir”.

A mesma autora afirma que estes estereótipos estão poderosamente arraigados em nós, sendo atribuídos às crianças antes mesmo de seu nascimento. Deste modo, “como desde tempos imemoriais os machos são condicionados para a atividade e a agressividade e as fêmeas para a

passividade e a submissão, daí se deduz que se trata de um fato natural ligado à biologia dos dois sexos” (ibid: 19).

Isto pode ser observado dentro do cotidiano, se considerarmos que os pais na maioria das vezes esperam das filhas maior afetuosidade, maior graciosidade, que se apresentem sempre bem vestidas, dispostas a ajudar nos trabalhos domésticos enquanto os garotos são sempre incentivados a mostrarem independência, impetuosidade e dureza nos sentimentos.

A importância dada ao estudo da questão de gênero, bem como à adoção de uma perspectiva de gênero para análises, torna-se de grande valia quando consideramos o debate sobre a subordinação da mulher e a divisão sexual do trabalho. Aliás, o termo divisão sexual do trabalho, frequentemente utilizado, deveria ser mais adequadamente denominado divisão do trabalho por linhas de gênero. Conforme coloca Machado, “todas as sociedades têm uma divisão do trabalho por linhas de gênero. Algumas tarefas são destinadas à mulher e outras ao homem (exclusiva ou predominantemente) e outras a ambos. Esta divisão de tarefas muda de acordo com as transformações econômicas da sociedade, bem como a natureza do trabalho” (ibid: 61).

Historicamente pode-se dizer que a mulher de todas as épocas e lugares sempre contribuiu com seu trabalho. Considerando-se, por exemplo, as economias pré-capitalistas no estágio imediatamente anterior à Revolução Agrícola e Industrial, podemos verificar que as mulheres eram bastante ativas, participando com seu trabalho no campo, na manufatura, nas minas e lojas, nas oficinas. A partir do momento em que a família deixou de existir como unidade de produção (estamos nos referindo à produção industrial), o trabalho doméstico, que por influências de gênero foi destinado às mulheres passou a ser desvalorizado, subestimando-se sua real importância para a sociedade.

Com o aparecimento e desenvolvimento do processo de industrialização, as atividades ligadas à produção industrial (e identificadas com o termo trabalho) passam a se desenvolver em lugares específicos, distintos da casa (Madeira & Singer, 1975). Este processo é definido como a separação entre o lar e o local de trabalho, onde o trabalho executado por toda família centralizou-

se na oficina ou na fábrica. Além disso, estas transformações econômicas e sociais, conforme coloca Machado (1995), resultaram em oportunidades de emprego às mulheres em alguns setores tradicionais onde as mesmas executariam serviços semelhantes às tarefas domésticas.

Em geral, as mulheres quando jovens trabalhavam na indústria têxtil e nas cidades como produtoras de bens de consumo; após o casamento as mesmas ficavam restritas à produção de bens de uso enquanto os homens produziam bens de troca e apenas o trabalho deles era reconhecido e valorizado.

O mecanismo de atuação de gênero ocorre no âmbito do trabalho remunerado bem como do trabalho não remunerado. Dentro do trabalho remunerado, a segregação pode ser vertical ou horizontal. Na primeira forma são destinadas à mulher funções não especializadas ou semi-especializadas. Quanto à segunda forma, a mesma existe quando a mulher exerce tarefas correlatas ao seu papel dentro da família, ou ainda quando exerce “tarefas de mulheres”, assim denominadas simplesmente pelo fato de que tradicionalmente eram as mulheres quem exerciam tais atividades. A autora também afirma que “a mulher geralmente recebe menos que o homem pelo mesmo tipo de trabalho e tende a ter relativamente piores condições de trabalho” (ibid).

Com relação à esfera não remunerada, também encontramos situações em que a divisão do trabalho por linha de gênero atua; na agricultura de subsistência, por exemplo, as atividades mais lucrativas são destinadas ao homem, relegando à mulher as tarefas menos rendosas. No trabalho doméstico, toda a responsabilidade passa a ser da mulher, seja no seu papel de administrar o lar, ou criar e educar as crianças, constituindo um trabalho altamente desvalorizado e também um fator de restrição ao ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Considerando-se, portanto, que Gênero é um dos fatores que vai estruturar a inserção da mulher no mercado de trabalho, a pesquisa realizada incorporou tal conceito na análise do Setor Informal, e dentro deste, no Setor de Serviços.

METODOLOGIA

Empregou-se como metodologia a revisão bibliográfica de textos, obras e “papers” relacionados ao setor informal, à questão de gênero e ao mercado de trabalho feminino bem como dados secundários quantitativos estatísticos obtidos em institutos e fundações tais como IBGE, PNAD, Fundação SEADE. O objetivo a ser alcançado foi o de constatarmos, através da análise dos dados sobre o mercado de trabalho (PEA, inserção nos setores primário, secundário e terciário, profissões exercidas, comparações de renda entre homens e mulheres, etc), a influência do gênero sobre a atuação da mulher na economia brasileira, em especial no setor informal e, dentro deste, no setor de serviços em São Paulo na década de 1990.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes de mais nada, estatísticas oficiais não computam grande parte das atividades econômicas desempenhadas pelas mulheres, pois foram planejadas para se conseguir informações sobre formas mais regulares de trabalho. Quanto ao Setor Informal, sua própria natureza e a dificuldade em se lidar com seus diferentes conceitos torna a obtenção de dados estatísticos uma tarefa árdua.

Em primeiro lugar, apresentaremos alguns dados estatísticos gerais de modo a caracterizar a distribuição da população ocupada pelos diversos setores de atividade, a sua posição na ocupação, a distribuição das mulheres nos setores de atividades e o rendimento real médio de homens e mulheres segundo sua atividade. Tais dados foram obtidos de anos recentes (1996 e 1998) e se referem à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), dado seu peso e importância econômica. Posteriormente, passaremos a um estudo específico a respeito do Setor Informal realizado por três autores e que possibilitará um melhor aprofundamento da questão.

I - POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE (RMSP - MARÇO DE 1998)

Setor de Atividade	%
Indústria de Transformação	22,89
Construção Civil	6,31
Comércio	14,88
Serviços	51,72
Outras Atividades	4,18

Fonte: IBGE Pesquisa Mensal de Emprego

Conforme pode-se notar pela tabela, existe uma grande concentração da população ocupada no Setor de Serviços, o que acompanha a tendência de crescimento deste setor nos últimos anos.

II - POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (RMSP- MARÇO DE 1998)

Posição na Ocupação	%
Empregados c/ carteira assinada	48,01
Empregados s/ carteira assinada	24,83
Conta Própria	20,66
Empregadores	5,22

Fonte: IBGE Pesquisa Mensal de Emprego

A distribuição das pessoas ocupadas segundo sua posição de ocupação revela um grau elevado de precariedade das relações de trabalho aí desenvolvidas, tanto para homens quanto para mulheres. Se considerarmos o total de empregados sem carteira assinada somados ao total de pessoas que trabalham por conta própria, atingiremos um percentual de pouco mais de 45% do total de pessoas ocupadas.

III - DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES OCUPADAS SEGUNDO ATIVIDADE (RMSP)

Setor de Atividade	1989	1992	1996
Indústria	26,8	20,4	17,4
Comércio	13,7	14,9	15,8
Serviços	43,1	46,2	47,5
Construção Civil	0,6	0,6	0,5
Serviços Domésticos	15,1	17,3	18,3
Demais	0,8	0,6	(1)
TOTAL	100,0	100,0	100,0

fonte: SEP - convênio Fundação Seade - Dieese.

(1) a amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Considerando-se as características estruturais de inserção feminina por setor de atividade, nota-se que ampliou-se o peso do setor terciário na geração de postos de trabalho para as mulheres, pois entre 1989 e 1996, cresceu de 56,8% para 63,3% a parcela de ocupadas no Comércio e nos Serviços. Aliás, cabe destacar que o contingente de mulheres ocupadas nos Serviços equivalia em 1996 a 47,5% do total, metade das quais trabalhando nos ramos de Administração e Utilidade Pública, Educação, Saúde e Alimentação, ou seja setores considerados "femininos".

IV - RENDIMENTO REAL MÉDIO DO TRABALHO PRINCIPAL, POR SEXO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE (RMSP-1996)

Setor de Atividade	Rendimento Médio em Reais (R\$)	
	Mulheres	Homens
Total de Ocupados	585	995
Indústria	596	1.063
Comércio	523	858
Serviços	721	1042
Construção Civil	(2)	755
Serviços Domésticos	275	(2)

Fonte: SEP, Convênio SEADE - DIEESE

(1) Inflator utilizado: ICV do DIEESE. Valores em reais de novembro de 1996.

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Conforme pode se notar pela tabela. As maiores remunerações obtidas pelas mulheres em 1996 estavam no setor de Serviços, que recebiam, em média, R\$ 721,00, patamar cerca de 38% e 21% superior aos rendimentos pagos, respectivamente, no Comércio e na Indústria. Tal diferença em favor das ocupadas nos Serviço possivelmente está associada à elevada parcela de mulheres que trabalham no setor público, o qual oferecia, em 1996, médias salariais mais favoráveis que nos demais setores de atividade.

A remuneração das mulheres, em 1996, era sempre inferior à masculina, em todos os setores. As mulheres que trabalhavam na Indústria recebiam, em média, apenas 56% do rendimento dos trabalhadores industriais, diferença atribuível em parte, à composição do emprego: entre os homens, predominam aqueles inseridos na Metal-Mecânica e na Química e na Borracha, ramos que

oferecem remunerações médias melhores que as pagas na Indústria têxtil e do Vestuário, principal empregador de mulheres na Indústria, o que evidencia a atuação do mecanismo de Gênero. Também no Comércio e nos Serviços, a remuneração das mulheres era sempre inferior à masculina: as ocupadas em atividades comerciais recebiam 61% do rendimento obtido pelos homens ocupados no setor, e, na prestação de serviços, obtinham 69%. Outro indicador da existência de forte desigualdade de rendimentos entre os homens e as mulheres era o fato de o menor valor médio recebido pelos primeiros (R\$ 755 na Construção Civil) ser superior ao maior rendimento médio das mulheres ocupadas (R\$ 721 nos Serviços).

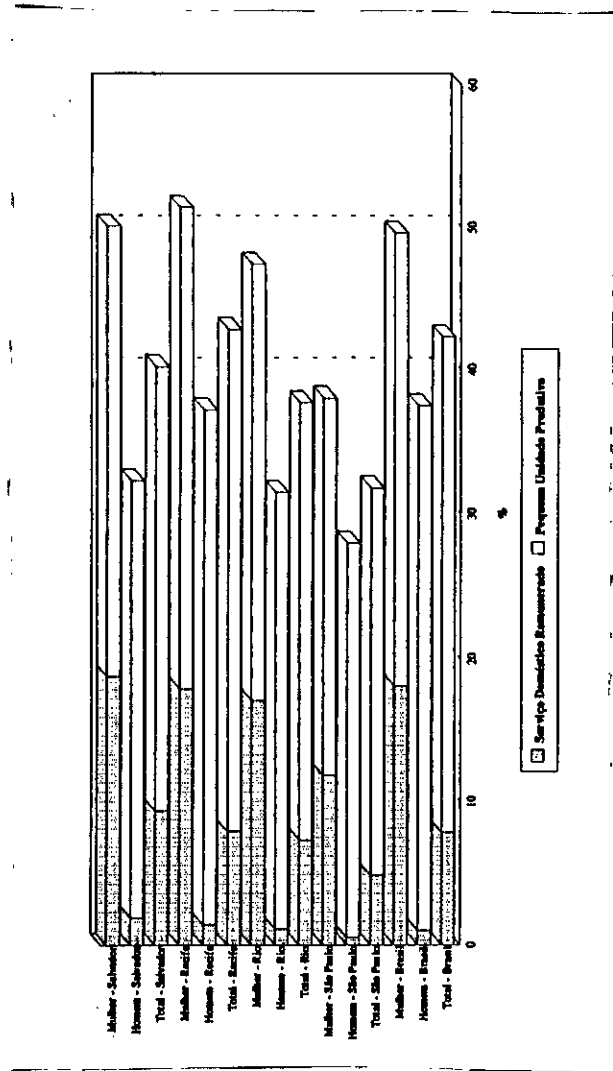
A seguir, apresentaremos dados estatísticos obtidos por um estudo realizado por três autores a respeito do Setor Informal e da Questão de Gênero. Tal estudo mostra-se bastante interessante, uma vez que o mesmo realiza o cruzamento entre a questão de gênero e a informalidade, de modo a obtermos assim um entendimento mais profundo de toda a problemática.

Conforme foi dito anteriormente, a abordagem da questão do denominado Setor Informal abre maiores perspectivas quando adotamos o conceito de *trabalho precarizado*. Essa, aliás, é uma tendência de alguns estudos mais recentes, como pode ser encontrado em Abreu, Jorge e Sorj (1994), os quais realizando o cruzamento entre o conceito de gênero e da informalidade, afirmam ter interesse em :

“(...) dimensionar o peso do setor informal na economia brasileira em termos de geração de postos de trabalho e avaliar a especificidade da inserção da mulher em contraposição à do homem, de acordo com variáveis que evidenciam a precariedade das relações de trabalho e o distanciamento dos benefícios do desenvolvimento econômico e social”. (idem: 153)

Uma dificuldade encontrada pela maioria dos estudos é a de conceituar o que se entende por setor informal, uma vez que o mesmo possui um campo de atividades bastante heterogêneo envolvendo diferentes formas de organização da produção (do pequeno produtor independente à microempresa) e diferentes tipos de trabalho (emprego doméstico, comércio ambulante, biscateiros, etc.)(ibid: 153). Deste modo, dados estatísticos a respeito do setor informal podem variar consideravelmente, dependendo da fonte utilizada (IBGE, PNAD, Fundação SEADE), sendo sempre necessário citar os critérios de classificação e conceituação adotados. No estudo dos autores citados acima, optou-se por adotar como conceito de economia informal o subconjunto de pessoas ocupadas em empreendimentos não agrícolas que ocupam no máximo cinco trabalhadores, aí incluídos proprietários empregados com ou sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores não remunerados. Além disso, foram também consideradas parte integrante do setor informal as pessoas ocupadas nos Serviços Domésticos Remunerados em seu conjunto.

I - O SETOR INFORMAL NO BRASIL EM 1990.



De acordo com o gráfico, a economia informal é responsável pela absorção de mais de 40% dos trabalhadores ocupados em atividades não agrícolas no Brasil: 7,8% dentro dos Serviços Domésticos Remunerados e 34,5% em pequenas unidades produtivas com características de organização familiar ou de trabalho independente. Observando-se o gráfico, nota-se que a importância do setor informal é maior entre as mulheres do que entre os homens, devido principalmente ao peso da prestação de serviços domésticos entre as primeiras (18,1%).

O gráfico destaca também a situação em 4 regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador); isto é importante pois uma análise a nível nacional pode esconder realidades regionais distintas. Neste caso, o gráfico revela uma diferenciação na importância de cada um dos componentes do setor informal em cada uma das regiões. Assim, Recife, onde o peso do setor informal é mais elevado (42,8% dos trabalhadores não agrícolas) apresenta também maior proporção de pessoas em pequenas unidades produtivas. Por outro lado, São Paulo apresenta índices menores para os dois componentes.

II - POPULAÇÃO OCUPADA EM PEQUENOS EMPREENDIMENTOS NO SETOR INFORMAL (1990).

O percentual de distribuição das pessoas ocupadas em pequenos empreendimentos dentro do setor informal atinge 76,9% dos trabalhadores e destaca-se a elevada participação do setor terciário na absorção de mão-de-obra. As atividades de prestação de serviços de alojamento e alimentação, reparação e manutenção e serviços pessoais respondem por quase 33% dos postos de trabalho. Por outro lado, o comércio absorve 27,5% dos trabalhadores, sendo 9,2% como ambulantes ou feirantes. Com relação ao setor secundário (compreendido aí a indústria de transformação e a Construção Civil), a participação é de aproximadamente 23%.

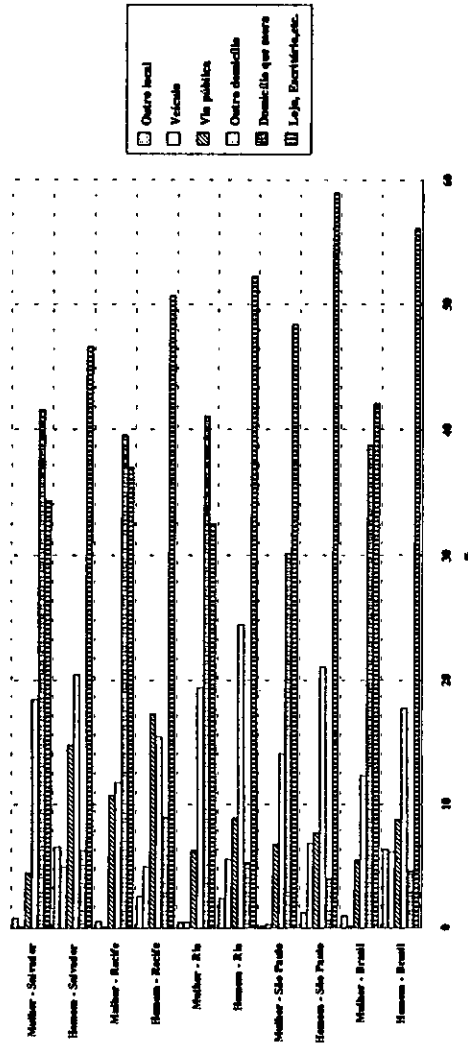
Homens e mulheres, no entanto, têm inserções distintas por setor de atividade; as mulheres estão mais presentes no comércio, na prestação de serviços e em atividades sociais, enquanto os homens têm maior peso em atividades secundárias e em alguns segmentos do terciário como transportes, comunicações e serviços de utilidade pública, serviços financeiros, técnicos, profissionais e de administração de imóveis.

Portanto, verifica-se que a presença feminina é maior em setores tradicionais (tais como o comércio e a prestação de serviços), tendo como características menores barreiras à entrada de novos trabalhadores, menor qualificação, treinamento de mão-de-obra, maior flexibilidade de horário e da escolha do local onde se trabalha e menor produtividade. Por outro lado, os homens participam mais em atividades do setor secundário (Indústria de Transformação e Construção Civil) e, dentro do terciário, participam em serviços mais modernos e especializados.

Considerando-se as 8 ocupações mais frequentes em pequenas unidades produtivas, nota-se que tais ocupações envolvem cerca de 50% das trabalhadoras, enquanto que, para os homens, as 8 ocupações mais frequentes atingem 38% do total, conforme segue abaixo:

Mulheres (50%)	Homens (38%)
Costureiras	Motoristas
Faxineiras	Pedreiros
Balconistas	Balconistas
Professoras	Vendedor por Conta Própria
Auxiliar de Escritório	Trabalhador Braçal
Vendedor por Conta Própria	Servente de Pedreiro
Lavadeiras	Auxiliar de escritório
Ocupações mal definidas	Ocupações mal definidas

III - DISTRIBUIÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO SEGUNDO GÊNERO.



A observação do local de trabalho em que a atividade se desenvolve revelou-se um dos fatores que mais diferencia o trabalho feminino do masculino. Senão vejamos: 82,8% dos trabalhadores que realizam seu trabalho no domicílio em que moram são mulheres. Isto denota a importância das responsabilidades domésticas no condicionamento da inserção ocupacional das mulheres. Por outro lado, os homens representam 70% das pessoas ocupadas em lojas, oficinas, etc, o que indica maior presença no espaço público.

Comparando-se as 4 regiões metropolitanas, observa-se que mesmo em São Paulo, onde a proporção de mulheres que trabalham em lojas, oficinas, escritórios ou fábricas é a mais elevada (48,4% das mulheres), ainda assim é inferior à participação masculina em situação idêntica (59%). Já o segundo tipo de local para as atividades femininas em São Paulo é o próprio domicílio em que a mesma mora (30,2%) enquanto que apenas 4% dos homens trabalham no próprio domicílio.

IV - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS EM PEQUENOS EMPREENDIMENTOS (1990).

	Brasil	Regiões Metropolitanas			
		São Paulo	Rio de Janeiro	Recife	Salvador
Total					
Homens	5,3	9,0	4,9	3,7	4,4
Mulheres	2,7	4,8	2,7	2,5	2,6
Contribuintes					
Homens	8,4	12,1	6,7	6,4	7,2
Mulheres	4,8	6,8	4,1	4,6	4,6
Não Contrib.					
Homens	3,2	5,6	3,2	2,5	2,9
Mulheres	2,0	3,8	2,0	1,9	1,9

Fonte: PNAD 1990 - Suplemento de trabalho

Mais uma vez verifica-se que o rendimento dos homens, não importando em quais setores de atividade ou ocupações, sempre é mais elevado que o das mulheres. Observando-se os trabalhadores em pequenos estabelecimentos, verifica-se que o rendimento médio das mulheres equivale à cerca de metade do rendimento médio masculino.

V - RENDIMENTO MÉDIO EM SALÁRIOS MÍNIMOS DOS TRABALHADORES NÃO AGRÍCOLAS EM PEQUENOS EMPREENDIMENTOS POR ANOS DE ESTUDO (BRASIL - 1990).

Anos de Estudo	Homens	Mulheres
Total	5,3	2,7
S/ Instrução e menos de 1 ano	2,4	1,0
De 1 a 3 anos	3,4	1,5
de 4 a 7 anos	4,4	2,3
De 8 a 11 anos	7,5	3,3
12 anos ou mais	18,7	9,7

Fonte: PNAD 1990

O nível de escolaridade não altera muito o quadro do rendimento médio para as mulheres. Muito pelo contrário, uma mulher com 8 a 11 anos de estudo alcança rendimento equivalente ao de um homem com 1 a 3 anos de estudo. De acordo com a opinião dos autores, possivelmente as mulheres procuram desempenhar alguma atividade rentável ainda que pouco compatível com o nível de sua escolaridade. É importante ressaltar que este *gap* entre rendimento e escolaridade feminina pode agir como desestímulo à escolarização feminina bem como um desestímulo à incorporação pelas mulheres de uma identidade ocupacional que vá além de sua identidade doméstica (ibid: 165).

VI - PROPORÇÃO DE TRABALHADORES DOMÉSTICOS POR SEXO E TAXA DE PARTICIPAÇÃO FEMININA (1990).

	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)	Taxa Feminina Participação (%)
Atividades Não Agrícolas	7,8	1,0	18,1	92,2
Pequenos Empreendimentos	18,4	2,6	36,3	92,4

Fonte: PNAD 1990

A categoria dos trabalhadores domésticos apresenta um grande peso no total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas em pequenos empreendimentos e especialmente entre as mulheres: os trabalhadores domésticos representam 18,4% das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas em pequenos estabelecimentos, mas chegam a 36,3% das mulheres. Ou seja, mais de um terço das mulheres ocupadas em pequenos estabelecimentos não agrícolas são empregadas domésticas. Além disso, os trabalhadores domésticos possuem uma especificidade das relações de trabalho que é caracterizada por uma forte precarização em termos de salários e de contribuição à Previdência.

O quadro a seguir nos mostra a taxa de participação feminina no Serviço Doméstico Remunerado segundo as diferentes regiões metropolitanas (1990).

Região Metropolitana	Taxa de Participação Feminina
Brasil	92,4
Recife	89,8
Salvador	89,3
Rio de Janeiro	90,5
São Paulo	93,2

Fonte: PNAD 1990 - Suplemento Trabalho

CONCLUSÕES.

A análise dos diferentes conceitos adotados para o que se denomina Setor Informal mostra que a questão é ampla e complexa e que as abordagens dos diversos autores dificilmente conseguem abarcar toda a realidade. Existe também o problema da operacionalidade, o que implica na adoção frequente de critérios práticos para o conceito de Setor Informal, de forma a viabilizar uma pesquisa de campo e análise de dados.

De modo geral, a abordagem do Setor Informal é realizada por um corte dualista (por exemplo, dicotomias moderno *versus* atrasado, grande escala *versus* pequena escala), resultando em uma perda de profundidade na análise empreendida por alguns autores. Por outro lado, existem autores que procuram preencher tal lacuna, enfatizando a existência de um aspecto fundamental que é a interdependência entre o formal e o informal. Desta forma, pareceu-nos mais razoável adotarmos o conceito de trabalho precarizado, evitando assim o dualismo de algumas definições.

A incorporação da questão de Gênero em nossa análise foi fundamental para que pudéssemos estudar as razões, mecanismos e condições de inserção de homens e mulheres na economia, enfatizando a existência de áreas de atuação masculinas e femininas bem delineadas e separadas pela influência da questão de gênero. Desta forma, pudemos aprofundar o conhecimento a respeito da estrutura do mercado de trabalho, as formas contínuas de arranjo e rearranjo de suas atividades, bem como os papéis destinados ao homem e à mulher.

Uma vez realizado o cruzamento entre os conceitos de Setor Informal e de Gênero, pudemos constatar que ratifica-se portanto a hipótese adotada que relaciona a questão de gênero à inserção da mulher no mercado de trabalho, em particular no setor informal e dentro deste, no setor de serviços. Existe todo um processo dinâmico que cria e recria nichos de atuação de homens e mulheres por toda a atividade econômica, na maioria das vezes submetendo as

mulheres a uma condição inferior à masculina. Estes valores culturais e psicológicos construídos, embora sejam passíveis de modificações ao longo do tempo e do espaço, podem ser considerados como um dos fatores responsáveis pela subordinação da mulher no trabalho.

Deste modo, se por um lado, a participação das mulheres vem aumentando dentro do mercado de trabalho em São Paulo na década de 1990, por outro lado, as mulheres sempre ganham, em média, menos que os homens em todas as ocupações, além de exercerem atividades pouco prestigiadas, que exigem pouca qualificação, em setores considerados femininos, como é o caso do Setor de Serviços, o qual possui grande importância dentro do Setor Informal. Para que tivéssemos uma visão mais abrangente da questão, seria necessário realizar a intersecção entre Gênero, Classe e Etnia.

BIBLIOGRAFIA.

ABREU, A., JORGE, A. & SORJ, B. (1994), "Desigualdade de Gênero e Raça - O informal no Brasil em 1990", in: Estudos Feministas, CIEC/ECO/UFRJ.

AGUIAR, N. , "A mulher na força de trabalho: um balanço de perspectivas", IUPERJ.

ARAUJO, T. e SOUZA, A. (1984) " A heterogeneidade dos mercados de trabalho em economias subdesenvolvidas: uma discussão sobre o conceito de setor informal ", in Duarte, R. (org.), "Emprego e renda na economia informal da América Latina", Massangana, Recife.

AZEVEDO, B. (1985), "A produção não capitalista - uma discussão teórica" , Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, RS.

BELOTTI, E. G. (1973), "Educar para a submissão", Editora Vozes, SP.

BROMLEY, R. e GERRY, C. (1979) " Who are the casual poor?", in Bromley, C. e Gerry, C. (orgs.), "Casual work and poverty in third world cities", Wiley, Old Woking.

BRUSCHINI, C. (1992) in: Mercado Global, número 87.

CACCIAMALI, M. (1984) " Distribuição de renda, formas de participação na produção e setor informal", in Duarte, R. (org.), "Emprego e renda na economia informal da América Latina", Massangana, Recife.

CARDOSO, I. (1980), "Mulher e trabalho", Cortez Editora.

CARNEIRO, S. (1994), "Mulher Brasileira é assim", in SAFFIOTI, H. e MUNÓZ-VARGAS, M. (orgs.) "Mulher brasileira é assim", Editora Rosa dos Tempos.

HART, K. (1973) "Informal income oportunities and urban employment in Ghana", in The Journal of Modern African Studies, II, I.

KUHNER, M.H. (1977), "O desafio atual da mulher", Ed. Francisco Alves, RJ.

MACHADO, L.M.V. (1995), "Atores sociais: movimentos urbanos de gênero", Annablume, SP.

MACHADO, L.M.V. (1997) "Economia informal, condições de trabalho e gênero: análise, conceituação e estratégias. Um estudo comparativo entre Brasil e Espanha" NPP, Fundação Getúlio Vargas.

MADEIRA, F. & SINGER, P. (1975), "Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970", Brasiliense.

MINGE, W. (1986), "Women's work", in Leacock, E. e Gaya, H. (orgs) "Women's work", Bergin & Garvey, Massachussets.

MOSER, C. (1978) "Informal sector or petty commodity production: dualism or dependence in urban development?" World Development, 6

PERRICELLI, R. C. P. (1994), "Inserção da mulher no mercado de trabalho: Estado de São Paulo 1985/1990", São Paulo.

PORTES, A. (1993), "Quando mais pode ser menos: normas trabalhistas, desenvolvimento e economia informal", CEBRAP.

RODGERS, G. (1992) “ El trabajo precario en la regulación del mercado laboral. Crecimiento del empleo atípico en Europa Occidental”, Ministério do Trabalho e SS., Madri.

SCOTT, A. (1976) “ Who are the self-employed? BSA Development Group Working Paper, não publicado.